

»Entrevista | ANTÔNIO PASIN | SUPERINTENDENTE DA FEBRAEDA

Estatuto do Aprendiz enfrenta resistência no Congresso

» IAN VIEIRA*

Para comentar sobre o avanço e os entraves do projeto, que tem como objetivo trazer segurança e estabilidade jurídica para os jovens e adolescentes em aprendizagem, o Correio Brasiliense ouviu Antônio Pasin, superintendente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda) e conselheiro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que acompanha a proposta desde sua construção e defende o compromisso de não reduzir vagas, nem direitos dos aprendizes

Qual é o principal objetivo do Estatuto do Aprendiz na visão da Febraeda?

O Projeto de Lei nº 6.461/2019, conhecido como Estatuto do Aprendiz, tem como principal objetivo trazer segurança, estabilidade jurídica e modernização à Lei da Aprendizagem, que completou 25 anos em 19 de dezembro. Trata-se de uma das mais importantes políticas públicas de inclusão

qualificada e protegida de adolescentes, jovens e pessoas com deficiência no mundo do trabalho formal, com todos os direitos trabalhistas respeitados. Há experiência prática, quando durante todo o tempo do contrato de trabalho pelo prazo determinado, o aprendiz frequenta uma formação teórica, de acordo com a atividade que ele desenvolve no estabelecimento que contrata esse aprendiz.

Por que o programa de aprendizagem é considerado uma política pública estratégica?

Porque é a única política pública preventiva e com reflexos intersetoriais que existe no nosso país hoje, voltada à essa faixa etária. Ela atua na geração de emprego e renda, é a principal ferramenta de combate ao trabalho infantil e às piores formas de exploração, além de contribuir diretamente para a qualificação profissional.

Quais outros impactos sociais o programa gera?

Pesquisas e indicadores mostram que jovens que passam pelo

programa de aprendizagem têm 46% mais chances de mobilidade educacional, considerando o mesmo recorte de faixa etária e condição socioeconômica. Isso significa que concluem o ensino médio, seguem na educação profissional e tecnológica e chegam ao ensino superior. Na área da assistência social, o programa também fortalece vínculos familiares e comunitários, especialmente ao alcançar adolescentes e jovens em situação de maior risco e vulnerabilidade pessoal ou social.

Qual o objetivo do Estatuto do Aprendiz?

O Estatuto tem o objetivo de, ao longo desses 25 anos, compilar as principais normas infralegais, como portarias, instruções normativas e decretos que regulamentaram a lei nesse período. A proposta busca trazer segurança jurídica e estabilidade para todos os atores envolvidos. Para o aprendiz, o compromisso é garantir nenhum aprendiz a menos. Para o estabelecimento cumpridor da cota de aprendizagem, o objetivo é que ela não seja vista apenas como uma

Acervo pessoal

Em tramitação na Câmara, o Estatuto do Aprendiz (PL 6.461/2019) propõe modernizar a Lei da Aprendizagem, que completa 25 anos, reunindo regras hoje dispersas e garantindo mais segurança jurídica ao programa. O texto mantém a cota existente e busca ampliar oportunidades para adolescentes e jovens no mundo de trabalho formal

